CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA

| 1. Identificação | | | Código** |
|---|-------------|---|-----------------|
| 1.1. Disciplina: EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS (EBOPP) | | | 0350233 |
| 1.2. Unidade: Faculdade de Educação | | | |
| 1.3. Responsável*: Departamento de Ensino | | | |
| 1.4. Professor(a) responsável: | | | |
| 1.5.Distribuição de horária semanal, em (h/a) | | 1.6. Número de créditos (aulas semanais): | 1.7. Caráter: |
| | | | (X) obrigatória |
| 4h/a | | 4 | () optativa |
| Teórica: 4 h/a | Exercícios: | 1.8. Currículo: | |
| | | (X) semestral | |
| Prática: | EAD: | () anual | |
| | | | |
| 1.9. Carga horária total, em (h): , em (h/a) 68 | | | |
| 1.10. Pré-requisito(s): | | | |
| 1.11. Ano /semestre: | | | |
| 1.14. Ementa: O Estado e suas relações com as políticas públicas educacionais no percurso da história da educação brasileira; Organização e funcionamento da educação básica no Brasil; Legislação, sistemas educacionais e a organização da escola; A profissionalização docente e o financiamento da educação. | | | |
| 1.15. Programa: | | | |
| Estado, Sociedade e Políticas Educacionais A LDB, o PNE e a educação no Brasil Direito à Educação: democratização e universalização do ensino políticas educacionais e a qualidade da Educação Básica Gestão Democrática da Educação e da Escola organização da educação organização escolar Políticas educacionais e currículo Currículo Nacional Sistemas de ensino e políticas de avaliação Profissionalização docente: formação, carreira e condições de trabalho O financiamento da Educação Básica no Brasil | | | |
| 1.16. Bibliografia básica: | | | |

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização.* São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Organização da Educação Nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação. **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010.

1.17. Bibliografia complementar:

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 35, n. 2, p. 37-56, maio/ago. 2010.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração Gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 389-406, set./dez. 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n.134. p.293-303, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença*.**Cadernos de Pesquisa**, n.116, julho/2002.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

GLASS, Ronald D. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 883-913, set./dez. 2012.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; IVO, Andressa Aita. Políticas Curriculares e Sistemas de Avaliação: efeitos sobre o currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.11 v.02, p. 376-392, ago.2013.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas dos Santos; LEITE, Maria Cecília Lorea. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.8, n.2 p. 1-16, ago. 2012.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado Gerencial, Reestruturação Educativa e Gestão Educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,** Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Pública e Governos Democrático-Populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set. 2015.

PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs). **Gestão financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001, p.79-88.

PERONI, Vera. **Política Educacional e Papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, José Marcelino de Rezende; ALVES, Thiago. Ampliação da obrigatoriedade na educação básica: Como garantir o direito sem comprometer a qualidade? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 211-229, jul./dez. 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O Fundeb na perspectiva do custo aluno qualidade. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 93, p. 101-117, jan./jun. 2015.

PINTO, José Marcelino Rezende. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 19, p. 1-17, 2014.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Nuances e contornos do direito à educação na lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 393-406, jul./dez. 2016.

Legislação

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, D.O.U., 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição Extra.

BRASIL. *Lei* nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental,

com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília. Diário Oficial da União de 07 de fevereiro de 2006.

BRASIL. *Lei n. 12.796*, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394 e dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União de 05 de abril de 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.* Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. *Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.* Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

^{*} Nome do departamento, câmara ou área - de acordo com a organização estrutural da unidade - onde a disciplina está lotada.

^{**}Para disciplinas já existentes, sem mudança de carga horária e de ementa